

1985

A Política

AS BASES DO PACTO SOCIAL

PROPOSTO POR TANCREDO

O PMDB será necessariamente a base política do pacto social proposto por Tancredo Neves. O novo Presidente da República, em vias de ser escolhido pelo Colégio Eleitoral, teve sua vitória assegurada por uma aliança política do PMDB com a Frente Liberal. Esta aliança, entretanto, só foi possível na medida em que a posição eminentemente conciliadora de Tancredo Neves o tornou o candidato natural daqueles que desejavam o restabelecimento da democracia no Brasil. Em seguida, o apoio firme do Governador Franco Montoro, liderando os demais governadores da oposição, logo após a derrota da emenda Dante de Oliveira, assentou as bases políticas de sua candidatura. A desistência de Ulysses Guimarães de sua própria candidatura e, afinal, o apoio de Aureliano Chaves e de Marco Maciel, ao mesmo tempo que constituíam a Frente Liberal, selaram a aliança política, que, na verdade, refletia o consenso nacional que se formara em torno de Tancredo Neves.

O novo presidente sabe, entretanto, que no plano social e político terá que enfrentar graves problemas depois desta lua-de-mel representada pela transição para a democracia. E para resolvê-los propõe um pacto social formal entre trabalhadores e empresários.

Falo em pacto social "formal" porque um pacto social básico, que está permitindo esta transição para a democracia, já existe no Brasil desde meados dos anos 70, quando a burguesia rompeu sua aliança autoritária com a tecnoburocracia estatal. Este pacto tinha e tem como bases (a) o retorno à democracia, (b) a manutenção do capitalismo e (c) uma moderada desconcentração de renda.

Mas agora o novo presidente necessita de um pacto social formal, que permita a retomada do crescimento e uma melhor distribuição de renda, sem, ao mesmo tempo, incorrer no risco da explosão inflacionária decorrente de elevações irresponsáveis de salários.

Um pacto social desta natureza, entre trabalhadores e empresários, sob a égide do governo, só poderá ser bem sucedido se contiver propostas claras e viáveis.

O objetivo fundamental desse pacto será o combate à inflação. Para isto não são necessários mais sacrifícios, não se justifica mais recessão, já que a

economia brasileira está ajustada: o déficit comercial externo transformou-se em grande superávit, o déficit público operacional também transformou-se em superávit, e os preços artificiais decorrentes de subsídios desapareceram quase que totalmente. A inflação autônoma só se mantém devido à indexação formal e informal da economia.

Mas, se são necessários sacrifícios recessivos, será preciso reformular a atual forma de indexação salarial, já que com a atual lei, que estabelece o reajuste dos salários de acordo com a inflação passada, é rigorosamente impossível reduzir a inflação. De acordo com a atual sistemática, no momento em que esta começasse a se reduzir, o salário médio real subiria. E o aumento dos salários reais acima do aumento da produtividade é sempre inflacionário.

Será preciso, portanto, que os trabalhadores aceitem a nova lei salarial, que reajuste os salários em parte de acordo com a previsão de uma inflação futura declinante. Só assim será possível compatibilizar a fórmula de indexação salarial com a redução da inflação.

Em contrapartida, os trabalhadores deverão ter três garantias. Primeiro, que se houver erro na previsão da inflação futura, o erro será imediatamente compensado no próximo reajuste salarial. Segundo, que os salários reais crescerão de acordo com o aumento da produtividade média da economia, medido pelo aumento da renda por habitante. E, terceiro, que uma reforma tributária profunda, que, de um lado, onere principalmente as pessoas físicas que recebem altas rendas e, de outro, que financie investimentos públicos de caráter social, deverá ser a base do projeto distribuidor de renda do novo governo.

Nesse processo caberá ao PMDB o papel de instrumento político e o de fiador desse pacto. Suas bases populares, de um lado, e a confiança que hoje inspira nos empresários, permitem-lhe desempenhar esse papel, transformando-se, assim, em um agente fundamental da política econômica e social do Presidente Tancredo Neves. (*São Paulo Hoje* 1(8), janeiro).

15 DE JANEIRO: TUDO MUDA MAS POUCO MUDA

Hoje, 15 de janeiro de 1985, e depois de março - a eleição e a posse de Tancredo Neves na Presidência da República - ficarão com os marcos na história deste país: marcos do estabelecimento da democracia após vinte e um anos de regime militar. Ao mesmo tempo que comemoramos, entretanto, é preciso que não tenhamos ilusões: tudo muda mas pouco muda.

Tudo muda porque termina formalmente o regime autoritário; porque um presidente com efetivo apoio popular e com profundas convicções democráticas chega ao poder; porque haverá mudanças para melhor na política econômica e social do governo; porque novos homens, com novas idéias e com compromissos mais sólidos com os interesses populares, ocuparão os principais cargos públicos; porque os princípios críticos de tantos anos de oposição democrática, somados ao bom-senso de quem é obrigado a enfrentar a realidade do poder, servirão de orientação para os atos do Presidente e de seus auxiliares.

Mas pouco muda porque informalmente esse regime vinha se liquidando há dez anos; porque as estruturas sociais e econômicas do país continuam as mesmas; porque a mudança de governante não implica em mudanças de classe dominante; porque as diferenças de riqueza, de renda e de poder entre as classes neste país continuam enormes; porque o Brasil continua um país subdesenvolvido apesar de ser a oitava economia capitalista do mundo; porque a miséria, a fome e o analfabetismo caracterizam ainda uma parte considerável da população brasileira; porque esta população continua a crescer a uma taxa de 2,4% ao ano; porque continua a haver um enorme desemprego estrutural neste país; porque a renda por habitante brasileiro continua muito baixa, porque a dívida externa é de 100 bilhões de dólares; porque a inflação supera duzentos por cento e ameaça acelerar-se; porque a dívida interna é muito alta e vence a curto prazo; porque a corrupção e os privilégios continuam entranhados no capitalismo desigual brasileiro; porque este capitalismo é oligopolista e tecnoburocrático; porque o autoritarismo misturado com preconceito social e racial está profundamente impregnado nas classes dominantes capitalistas e tecnoburocráticas brasileiras.

Por tudo isto - e não porque seja mais uma "conciliação de elites" ou uma "transição conservadora" - é preciso não ter ilusões. Com Tancredo Neves a democracia nos é formalmente restituída. Esta é a grande transformação. Porque a democracia é um bem final, que vale por si só. Mas mesmo a democracia precisará ser construída a partir de agora: a democracia política, a democracia econômica, a democracia social. A liberdade, que consubstancia a democracia política, a igualdade de poderes entre as classes que define a democracia social, e a igualdade de riqueza e de rendas que caracteriza a

democracia econômica não são meras utopias, mas também não se conquistam de um dia para outro. (*Folha de S.Paulo*, 17 de janeiro de 1985).

A ESQUERDA E OS LIBERAIS

Na disputa pelos ministérios e, daqui a dois anos, nas novas eleições para os governos estaduais, o PMDB e o Partido da Frente Liberal tendem a se colocar em situação de confronto, apesar da aliança básica que os une hoje em torno do presidente eleito. Esta rivalidade é compreensível, mas se não for devidamente controlada, arrisca prejudicar a ambos em favor do autoritarismo tecnoburocrático que derrotaram em 15 de janeiro.

Existe hoje um fato político novo e extraordinariamente favorável que é a aliança política entre os da esquerda independente do PMDB e os liberais do próprio PMDB e do PFL, tendo como centro a idéia de democracia. Este é um fato novo duplamente: (1) porque a esquerda se aliou efetivamente aos liberais e (2) porque ambas as correntes adotaram uma posição autenticamente democrática ao invés da posição democrática meramente de fachada do passado.

Este último aspecto é especialmente importante, porque nenhum desses dois tipos podia ser considerado legitimamente democrático no período pré-1964.

A esquerda independente ou não-comunista, concentrada no antigo PTB, estava ainda muito marcada pelo autoritarismo implícito na crítica da "democracia burguesa". E quando começa a ganhar plena autonomia, embarca no populismo nacionalista e industrializante, que, às vezes sutilmente, outras vezes abertamente, subordinava a democracia ao "objetivo máximo" do desenvolvimento econômico.

Os liberais, por sua vez, alinhados na UDN, tinham um discurso claramente liberal, mas quando se tratava da prática política, recorriam sistematicamente ao golpe militar. Foi o que fizeram em 1954, o que tentaram fazer em 1985 e em 1961, e o que afinal conseguiram em 1964.

Ambos os grupos, portanto, apesar de seu discurso democrático, estavam na verdade profundamente marcados pelo autoritarismo. Os liberais de então eram vítimas do velho autoritarismo oligárquico, de origem agrário-mercantil,

que definiu os primeiros quatro séculos da história brasileira. E a esquerda independente pagava seu tributo ao autoritarismo tecnoburocrático desenvolvimentista.

O Brasil, entretanto, mudou muito nos últimos cinquenta anos. 1964 representou a consolidação definitiva da capital industrial neste país em lugar do capital mercantil. E no bojo do autoritarismo de 1964 acabou gestando-se a democracia de 1985.

A esquerda independente começou a fase crítica de seu próprio autoritarismo ainda no final dos anos sessenta. Os liberais não chegaram a fazer sua autocrítica, mas, a partir de meados dos anos setenta, vendo o desastre a que nos estava levando o autoritarismo, começaram a procurar fazer coincidir suas palavras com sua prática política.

A união nacional em torno de Tancredo Neves foi, entre outras coisas, fruto dessa convergência em torno da democracia. Democracia que ainda não está consolidada, que precisa ser construída. E para esta tarefa a aliança entre o PMDB e o PFL está muito longe de estar esgotada. Apesar das dificuldades terá que ser duradoura. E poderá perfeitamente ser duradoura, já que o objetivo essencial - que é a construção da democracia - é também um objetivo comum. (*Folha de S.Paulo*, 5 de fevereiro de 1985).

MUDANÇA OU CONTINUÍSMO

O debate político central hoje no Brasil é o da mudança versus o continuísmo. A eleição de Tancredo Neves foi o resultado de uma grande frente nacional que uniu todos os partidos, inclusive a dissidência do PDS, que colocou lado a lado esquerda e direita, progressistas e conservadores. A iniciativa de sua candidatura coube sem dúvida ao PMDB, particularmente a Franco Montoro, e estava comprometida com a clara idéia de mudança. Os empresários e as dissidências do PDS só aderiram ao candidato do PMDB quando seus próprios candidatos - Aureliano Chaves para a maioria - viram suas candidaturas inviabilizadas. A iniciativa coube, portanto, ao PMDB, que escolheu um candidato do seu próprio partido. Mas Tancredo Neves recebeu a preferência do PMDB sobre Ulysses Guimarães exatamente porque era o homem da conciliação e do consenso, era quem poderia obter o apoio das dissidências do PDS.

A POLÍTICA

Nesses termos não é razoável prever ou esperar que o governo seja marcado exclusivamente pela mudança, ainda que também seja apressado a afirmar, como o fazia recentemente Paulo Francis, que o continuísmo prevalecerá.

Que haverá elementos de continuísmo não há qualquer dúvida. Não apenas a composição de forças que apóia o novo governo, mas também o próprio caráter capitalista da formação social brasileira levam nessa direção. Mas isto não impedirá as mudanças, não apenas porque Tancredo Neves está pessoalmente comprometido com elas, não apenas porque o PMDB é o maior partido a garantir o apoio ao presidente eleito, mas também porque as bases populares e de classe média exigirão mudanças, colocarão como prioridade e desenvolvimento social, a melhor distribuição da renda.

Nesse ponto a constituição do ministério é importante, mas não é decisiva. Esse ministério será afinal fruto da visão de estadista de Tancredo Neves e da sua capacidade de administrar as pressões legítimas e repudiar as ilegítimas. E depois de constituído o ministério é inevitável o descontentamento de muitos.

O importante, entretanto, é, em primeiro lugar, que Tancredo Neves possa, ao construir seu ministério, criar uma verdadeira equipe. Uma equipe de homens que gozem de sua confiança pessoal. Em segundo lugar, é importante que essa equipe compreenda que é preciso combinar mudança com continuidade, coragem com prudência. E, em terceiro lugar, é fundamental que essa equipe procure - apesar de todos os percalços dessa tarefa - funcionar como árbitro entre as demandas sociais e as necessidades de ordem, entre o risco das idéias inovadoras e a segurança da repetição do que sempre foi feito.

Se especialmente esta última condição foi lograda, a mudança terá sido enorme. Porque a característica fundamental dos governos militares dos últimos 21 anos foi a de não assumir nem procurar assumir jamais o papel de árbitro do conflito social. A razão estava sempre, a priori, com a ordem, com a segurança, porque a própria racionalidade do governo confundia-se com a razão bem pensante das classes dominantes, ou então, com a pretensa razão técnica dos burocratas civis e militares. A grande mudança será o abandono desse tipo de racionalidade perversa. (*Folha de S. Paulo*, 12 de fevereiro de 1985).

A POLÍTICA E A VONTADE DO POVO

Gabriel Valdéz, presidente do Partido Democrata Cristão do Chile é uma das personalidades mais eminentes da América Latina, em uma reunião com o governador Franco Montoro e o ex-presidente da Venezuela, Andrés Perez, em Brasília, afirmou que a política deve ter precedência sobre a economia porque "a política é a realização da vontade dos povos".

A política, que muitos confundem com o clientelismo, ou com a mentira, ou com o compromisso, ou com a busca do poder pelo poder, ganha através desta frase sua verdadeira dimensão. Uma dimensão que não está apenas no plano do "deve ser", da ética, mas também no plano real, como temos podido ver em muitas ocasiões na história deste país, naqueles momentos em que os políticos se transformam em estadistas.

No episódio da última semana, quando o presidente Tancredo Neves foi operado na madrugada do dia em que tomaria posse, pudemos novamente ver este fenômeno.

Em primeiro lugar temos o próprio presidente, que vinha sentindo dores há três dias, mas resistia. E quando definiu-se a necessidade da operação, insistiu em adiá-la até o momento após a posse.

Depois temos os principais líderes políticos nacionais que estavam em Brasília - Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Aureliano Chaves, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lira, o senador José Fragelli - que na madrugada do dia 15 tomaram com serenidade a decisão de dar posse perante o Congresso ao vice-presidente da República, José Sarney. Neste episódio o papel de Ulysses Guimarães voltou a ser decisivo. Enquanto muitos, de todos os lados, lhe acenavam com a idéia da declaração de vacância da Presidência da República, de forma que ele, na qualidade de Presidente da Câmara dos Deputados, a assumisse provisoriamente, ele foi firme em recusar a idéia - em nome do texto constitucional, que não era claro, e principalmente em nome do interesse nacional que apontava claramente na direção da posse do vice-presidente.

Foi aliás o argumento do interesse nacional, que naquele momento estava em jogo, que o Governador Franco Montoro foi obrigado a utilizar explicitamente, e com veemência, para convencer um dos líderes dos PDS a aceitar a solução institucional afinal adotada por unanimidade.

O "interesse nacional", "vontade do povo" são esses os objetivos, são a razão de ser da política com P maiúsculo, da política própria dos estadistas. Nem sempre o interesse nacional ou a vontade do povo estão claros. É compreensível que as interpretações sobre o tema variem em cada caso, condicionadas por posicionamento ideológicos. O que não é compreensível nem aceitável,

entretanto, é que os interesses pessoais, corporativos ou de classes, se sobreponham aos interesses nacionais, à vontade do povo. Isto não aconteceu na última semana porque aqueles que, em um momento de crise, decidiram em nome do povo, souberam representar, interpretar e respeitar sua vontade. (*Folha de S.Paulo*, 19 de março de 1985).

APOIO DO BRASIL À NICARÁGUA?

A visita do presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, ao Brasil, acompanhado de seu chanceler, o padre Miguel D'Escoto, representa uma oportunidade para o governo brasileiro reexaminar com maior profundidade as suas relações com a Nicarágua e até certo ponto com os Estados Unidos.

Esta visita foi prolongada. Inclui encontros com os governadores de São Paulo e do Rio e com empresários, intelectuais e artistas das duas cidades. Em Brasília a doença do Presidente conturbou a visita dos dignitários estrangeiros, mas não impediu apenas os parlamentares, no dia da posse, mas também Dona Risoleta, quando o presidente da Nicarágua lhe foi apresentado, lhe dessem uma recepção especialmente calorosa.

Daniel Ortega permaneceu uma semana no Brasil porque a Nicarágua precisa do apoio do Brasil. Este apoio tem sido dado, desde que a revolução sandinista foi vitoriosa em 1979. O Brasil esteve entre os países que recusou a proposta norte-americana de criação de uma "força interamericana de paz" logo após a revolução, e tem apoiado os princípios de Contadora, orientados em direção à paz e ao respeito à soberania dos povos na América Central.

Mas o apoio do Brasil tem sido tímido, enquanto o governo norte-americano do Presidente Reagan insiste em manter uma política explicitamente imperialista em relação à Nicarágua, financiando abertamente a guerrilha contra o governo constitucional.

Ao adotar essa posição intervencionista, o presidente Reagan e os setores conservadores dos Estados Unidos que ele representa pretendem estar "defendendo o mundo livre da ameaça comunista". A revolução nicaragüense, apenas porque desafiou e afinal destruiu não apenas política mas também economicamente a velha oligarquia somozista, é transformada em uma revolução comunista, em mais um capítulo do conflito Leste-Oeste, quando, na

verdade, se trata de mais um capítulo da velha luta de oprimidos contra opressores, dentro da Nicarágua.

A revolução sandinista possui, de fato, elementos marxistas e mesmo comunistas. Mas definitivamente não é, nem deseja ser, uma revolução comunista. De um lado porque as origens cristãs da revolução são muito fortes, como pode ser visto pelo número de padres presentes no Ministério. De outro, porque de um ponto de vista geopolítico, não interessa estrategicamente aos dirigentes nicaraguenses aliar-se à União Soviética.

Esta aliança foi possível a Cuba porque é uma ilha. Mesmo no caso de Cuba, entretanto, essa aliança só ocorreu depois que a pressão norte-americana não lhe deixou outra alternativa. No caso da Nicarágua, entretanto, apesar da pressão norte-americana, empurrando a Nicarágua em direção ao comunismo e à União Soviética, o governo tem resistido com bravura a essa pressão irracional - com a mesma bravura com que repele a pressão dos "contras" dos guerrilheiros somozistas e dos dissidentes apoiados pelo governo dos Estados Unidos.

Falo sempre em intervencionismo do governo dos Estados Unidos e não simplesmente dos Estados Unidos, porque a Nicarágua conta com amplos, ainda que minoritários, apoios nos Estados Unidos.

Entre todos os países, aquele que tem apoiado mais a Nicarágua é o México. Isto se explica pela proximidade geográfica. O segundo país que deveria servir de base de apoio diplomático para a Nicarágua deveria ser o Brasil, simplesmente porque é o maior e o mais importante país latino-americano.

A solidariedade básica do Brasil a nível internacional e, sem dúvida, e apesar das inegáveis contradições, com os Estados Unidos, na medida em que o Brasil e Estados Unidos são dois países capitalistas e democráticos. Mas solidariedade não significa adesão cega, subordinação. Em sua relação com a Nicarágua, o governo norte-americano está cometendo um erro grave, que a diplomacia brasileira pode em parte compensar ou corrigir. (*Folha de S.Paulo*, 26 de março de 1985).

ALTERNATIVAS NACIONAIS

Há quase quatro semanas toda a Nação vive e se emociona com o drama pessoal de Tancredo Neves ao mesmo tempo em que, perplexa, procura em seu próprio destino, ao ver seu presidente eleito, depois de 21 anos de autoritarismo, não poder tomar posse.

Estamos diante de um drama pessoal e nacional. Um drama, entretanto, que nos obriga a pensar com maior serenidade possível nas diversas alternativas políticas que se abrem.

São duas as alternativas mais prováveis: ou a convalescência de Tancredo Neves dura alguns meses, ou então seu impedimento definitivo. Em ambos os casos, o papel que desempenhará o vice-presidente da República José Sarney, no exercício da presidência, será crucial.

Prevalecendo, como todos desejam, a primeira alternativa, José Sarney deverá governar utilizando a plenitude dos poderes que lhe confere a Constituição. Para isso já vem contando com o apoio de todas as lideranças expressivas do PMDB e do PFL.

Entretanto, mesmo neste caso, ainda que a legalidade de seu mandato seja indiscutível, a sua legitimidade - ou seja, o apoio que conta na sociedade civil - é limitada. O vice-presidente sabe disto e por isso é de se esperar que não só peça o apoio mas também se apóie, peça ajuda e o conselho de seu ministério e especialmente dos principais líderes da aliança democrática - Ulysses Guimarães, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Lira, Marco Maciel e Aureliano Chaves e do principal representante da vontade pessoal do próprio presidente - Francisco Dornelles.

Não é possível, entretanto, ignorar o pior - o impedimento definitivo - ainda que todos estejam torcendo ou rezando para que tal não aconteça.

Neste caso temos duas alternativas principais: ou José Sarney procura se manter no governo durante quatro anos, ou propõe imediatamente a redução de seu mandato para dois anos e a convocação de eleições diretas em novembro de 1986 juntamente com a convocação da Assembléia Constituinte.

A primeira alternativa é menos possível. Caso adotada, trará conseqüências desastrosas. A pressão por eleições diretas de toda a sociedade será enorme. Os partidos da oposição empunharão imediatamente essa bandeira. Em 1986 teremos em qualquer hipótese eleições gerais, e o PMDB, seja por exigência de suas bases populares, seja por necessidade eleitoral, não terá condições de dar apoio ao governo.

Considero essa alternativa menos provável porque a inteligência e o espírito de José Sarney deverão prevalecer sobre as pressões daqueles acólitos interessados em arriscar a ordem institucional do país em troca de mais dois anos de poder.

O mais provável, portanto, é que o vice-presidente assuma imediatamente o compromisso de reduzir seu mandato e convocar eleições diretas para 1986.

Nesse caso, transformar-se-á em herói nacional, além de poder realizar dois anos de governo de transição que serão também dois anos de governo de união nacional. Em 1986 surgirão candidaturas à presidência, e José Sarney, entre os candidatos da Aliança Democrática - caso surja mais de um - poderá agir como árbitro entre o PMDB e o PFL, mantendo assim o apoio de toda a Aliança para seu governo.

Vamos esperar que esta alternativa não venha a ser necessária. Mas vamos esperar também que José Sarney e os líderes nacionais que o assessoram e apóiam saibam pensar e agir com grandeza diante deste momento grave da vida nacional. As notícias mais recentes sobre a saúde do Presidente, depois da crise da última quinta-feira, são muito animadoras. A alternativa da recuperação de Tancredo Neves, porém, também exige coragem e decisão nos próximos meses. Até o momento o comportamento do Presidente em exercício José Sarney tem sido irrepreensível. Caberá agora a ele, em qualquer hipótese, assumir integralmente sua função de chefe de Estado e passar a governar, sabendo que seu governo será sempre transitório, mas terá que ser pleno. (*Folha de S. Paulo*, 9 de abril de 1985).

SARNEY DIANTE DA NAÇÃO DESORIENTADA

Não foi justo para Tancredo, não foi justo para o Brasil. Depois de 21 anos de autoritarismo o povo brasileiro recuperou a democracia, com Tancredo, contando com Tancredo. Uma união nacional se formou em torno deste homem para elegê-lo. Agora era preciso governar e promover as mudanças que a sociedade reclamava. Todas as esperanças estavam depositadas na sua inteligência, no seu equilíbrio, na sua integridade, na sua visão política. E de repente este homem nos falta. Só um milagre poderá salvá-lo.

Tancredo tinha muito claro para si, e sempre deixou claro para todos, que seu governo seria um governo de transição e de construção. De transição para a democracia. De construção da democracia. Sabia que também teria de enfrentar graves problemas econômicos e sociais. Mas estes problemas estão inseridos na estrutura da formação social capitalista, subdesenvolvida e industrializada do Brasil. E por isso não contemplan soluções rápidas, milagrosas, radicais.

A transição para a democracia também não comporta milagres, mas pode ser feita de forma rápida, radical no plano institucional, ao mesmo tempo em que vai sendo construída passo a passo no nível real da economia e da sociedade. No nível da economia reduzindo-se as disparidades de renda. No nível da sociedade, organizando-se os trabalhadores politicamente, tornando-os atores do processo político.

Agora, para o presidente Sarney, à frente de uma Nação desorientada e perplexa, nada é mais prioritário do que a transição para a democracia. Essa transição se fará de duas formas: no plano institucional, através das reformas constitucionais em curso, visando acabar com o "entulho autoritário" e, em seguida, através do trabalho da Constituinte; no plano real, através da capacidade que a nação brasileira, liderada pelo próprio Sarney, revele de enfrentar e superar a crise política provocada pela agonia de Tancredo Neves.

Teremos momentos difíceis porque os problemas são graves e Sarney, embora tenha a Constituição a apoiá-lo, só recentemente começou a obter legitimidade política derivada do apoio da sociedade civil. Seu comportamento irrepreensível em todo este trágico episódio da doença de Tancredo tem sido importante nesse sentido. É fundamental para a transição democrática do Brasil que essa legitimidade continue em ascensão.

Para isso é importante que o Presidente tome a iniciativa de definir com clareza o caráter transitório de seu governo. E, ao mesmo tempo, que reafirme os compromissos da Aliança Democrática de mudança no plano econômico e social.

O regime brasileiro é radicalmente presidencialista. O poder do Presidente da República é enorme. E nestes momentos de crise, é maior do que nunca. É um poder que precisa ser usado com grandeza, com espírito público, com capacidade de sacrifício pessoal.

Tancredo teve seu grande momento quando renunciou ao governo de Minas Gerais e liderou a arrancada para a redemocratização do Brasil. Transformou-se, então, nas palavras do governador Montoro, no "símbolo de unidade do povo brasileiro". Assim ele permanecerá. Agora é a hora e a vez de José Sarney. Ele terá inicialmente o apoio de toda a sociedade, mas para conservá-lo ele deverá agir com coragem e decisão - com a coragem e a decisão

que definem os estadistas nas horas difíceis, em que a sorte parece ter abandonado a Nação. (*Folha de S.Paulo*, 16 de abril de 1985).

SABER INTERPRETAR A VONTADE DO POVO

A morte do presidente Tancredo Neves é uma tragédia que atinge todo o povo brasileiro. O Brasil havia colocado todas as suas esperanças nas mudanças políticas, econômicas e sociais que faziam parte de seu compromisso para com a Nação. Agora, depois de um sofrimento de 39 dias, Tancredo Neves nos deixa, delegando a seu vice-presidente, José Sarney, e a todos nós, cidadãos, o cumprimento de seu compromisso.

Enfrentaremos problemas difíceis nos próximos meses. A hora é grave e as dificuldades não devem ser subestimadas. Não há razão, entretanto, para que assumamos posições apressadas, muito menos para que as esperanças de tornar este país uma democracia mais próspera, mais justa e verdadeiramente livre.

O movimento que levou Tancredo Neves à presidência da República foi por ele liderado, mas foi um movimento de toda a sociedade brasileira. A luta pela redemocratização do país foi ganhando o coração e as mentes de todo o povo brasileiro a partir de meados dos anos setenta. E tornou-se um processo irreversível após a campanha nacional pelas eleições diretas.

Agora, quando o líder eleito nos falta, toda a sociedade civil deverá se unir para realizar a tarefa de Tancredo Neves. Ou melhor, para completá-la, porque os primeiros grandes e decisivos passos já foram dados, com o restabelecimento da democracia.

Nessa tarefa o papel de todos os líderes políticos nacionais e em particular do presidente constitucional, José Sarney, é fundamental. Sua missão será, sem dúvida, a de liderar o processo político, de tornar efetivos os compromissos do programa da Aliança Democrática. Mas para realizar essa tarefa será necessário conhecer e interpretar a vontade de toda a sociedade civil e de todo o povo. E manter unida essa sociedade civil identificada com o povo.

Porque este é o grande desafio: manter unida a sociedade civil em torno dos ideais da democracia, do desenvolvimento e da afirmação pacífica da

soberania nacional. Não foi por acaso que Tancredo Neves, em seu último pronunciamento à Nação, afirmou "não vamos nos dispersar".

A sociedade é naturalmente dividida em classes sociais e em posições ideológicas. Mas nos momentos de crise, como foi o da luta pela redemocratização, e agora será o da perda de Tancredo Neves, ela poderá ser mantida unida, se as lideranças políticas forem capazes de interpretar a vontade dos trabalhadores, das classes médias assalariadas e dos empresários, antecipar suas necessidades e mediar os seus conflitos.

O povo de São Paulo deu ontem a Tancredo Neves um maciço e comovente adeus. Cantou o hino nacional, reafirmou sua esperança e sua disposição de luta pacífica e ordeira pela democracia.

Cabe agora ao presidente José Sarney assumir o comando da Nação e, com a firmeza de seu primeiro pronunciamento logo após a morte de Tancredo Neves, obter o apoio de todos e conduzir o país a seus objetivos maiores: a democracia, a paz, o desenvolvimento e a justiça social. (*Folha de S.Paulo*, 23 de abril de 1985).

O MOMENTO É DE INCERTEZA

Tancredo Neves não resolveria todos os nossos problemas. Teria que enfrentar todas as contradições internas à união nacional que construiu em torno de sua candidatura e através da qual logrou derrotar definitivamente o pacto político autoritário, que dominava o país desde 1964.

Estas contradições não nos autorizavam certezas. Podíamos, entretanto, confiar que Tancredo, apoiado em uma excepcional legitimidade política, saberia combinar seu próprio conservadorismo com os compromissos de mudança política e social que sua consciência moral e sua sensibilidade política compreendiam inarredáveis.

Com sua morte o sentimento de incerteza volta a ser dominante em toda a Nação. As classes dirigentes tiveram maturidade suficiente para resolver com rapidez o problema institucional criado, dando posse a José Sarney. Este, a partir do fato de que era a única solução democrática viável, passou

imediatamente a ganhar legitimidade junto à sociedade civil. Seu comportamento discreto ajudou-o neste processo.

Mas esse movimento rápido da sociedade, buscando a qualquer custo preservar a democracia tão duramente conquistada, está longe de garantir um período de tranqüilidade política para o país. A união nacional construída por Tancredo dificilmente seria mantida por ele; para Sarney essa tarefa será ainda mais difícil.

Na verdade, a partir do momento em que Tancredo e Sarney foram eleitos, já não se podia mais falar em união nacional. Não apenas os partidos de oposição já passam a adotar posições divergentes, mas dentro do bloco de poder que os elegeu, começavam a reaparecer as clivagens ideológicas e de grupos de interesse. O conflito trava-se, fundamentalmente, (1) entre conservadores e progressistas, (2) entre ortodoxos ou monetaristas em matéria de política econômica e os estruturalistas, (3) entre os que consideram o problema social um problema a ser enfrentado com repressão policial e os que preferem combinar a firmeza e a prudência da ação repressiva com mudança cautelosa mas efetiva na estrutura social, (4) entre os que consideram inviável escapar às determinações do FMI e dos credores internacionais e aqueles que acreditam viável uma negociação soberana da dívida externa, (5) entre os que não estão jamais dispostos a sacrificar um pouco da ordem em nome da justiça e aqueles que estão, (6) enfim, entre aqueles que têm uma concepção mais formal e aqueles que têm uma concepção mais substantiva de democracia.

Estas contradições refletem-se todas sobre o Governo Sarney e o levam ao imobilismo ou então à adoção de medidas muito tímidas e contraditórias. Tem-se reclamado muito que Sarney comece a governar. Sarney já começou, mas sente-se naturalmente manietado pelas contradições de seu governo, expressas em seu ministério, e, mais do que isto, expressas no esquema de forças que o elegeu juntamente com Tancredo.

Na verdade, há dois pactos políticos possíveis em conflito dentro da Aliança Democrática: um pacto liberal burguês popular, que não correspondem necessariamente ao PMDB e ao PFL. O pacto liberal burguês, de caráter conservador, corresponde ideologicamente às primeiras das seis alternativas acima enumeradas; o pacto democrático popular, às outras seis alternativas. Ambos são pactos democráticos, mas termina aí sua identidade.

O Presidente procurará por todas as formas manter a união nacional, não deixando prevalecer nenhum dos dois pactos políticos. Mas ao fazer isto, imobilizará seu governo. E deixará que o jogo das forças políticas sociais se encarregue de determinar, a sua revelia, qual sistema de poder político prevalecerá.

Em síntese, o pacto político capitalista-tecnoburocrático, de caráter não apenas conservador mas também autoritário, que prevaleceu no Brasil entre 1964 e 1984 está terminado. O pacto democrático de união nacional que elegeu Tancredo e Sarney teve caráter transitório. Agora as alternativas são: (1) ou um pacto democrático popular, apoiado nas classes médias progressistas e nas trabalhadoras, (2) ou um pacto liberal burguês, apoiado na grande burguesia e nas classes médias conservadoras, (3) ou o imobilismo do governo, que provavelmente nos levará à estagnação econômica e à instabilidade social crônica. (*Folha de S.Paulo*, 6 de maio de 1985).

O PMDB E A PREFEITURA DE SÃO PAULO

Os resultados da pesquisa desta *Folha* sobre os possíveis candidatos à Prefeitura deixam claro que o PMDB, embora seja o partido majoritário, corre risco de perder a eleição. Todos os candidatos somados do PMDB obtiveram 24,5% dos votos contra 24,4% para Jânio Quadros.

Estes resultados deitam por terra uma tese comum entre alguns líderes e entre alguns candidatos do PMDB de que qualquer candidato que o partido apresente, desde que seja pessoalmente um "bom candidato" - um bom administrador, moralmente inatacável e capaz de enfrentar qualquer adversário em debate na televisão - será vitorioso. O fato de o PMDB contar com cerca de 50% das preferências do eleitorado em todas as pesquisas (48,3% nesta última pesquisa) seria o argumento a favor dessa tese.

Ora, está claro pela última pesquisa que a preferência pelo PMDB não se transfere automaticamente para os candidatos. Por isso, ou o PMDB define rapidamente um candidato capaz de realmente levar o partido à vitória, ou estará arriscando o que não pode ser arriscado: a própria segurança da jovem democracia brasileira, cujo principal guardião é o PMDB.

O PMDB é um partido-frente, é um partido de massas que une os mais variados segmentos sociais e as mais variadas posições ideológicas em torno de algumas idéias-chave: democracia popular (ao invés de democracia das elites), prioridade para o desenvolvimento com redistribuição de renda, redução da ação estatal empresarial e aumento da ação estatal social.

Com esses objetivos e com a amplitude de suas bases de apoio o PMDB transformou-se, dentro de si mesmo, em um grande pacto político - um pacto político democrático popular.

Aliado do PFL, de caráter liberal e conservador, foi a base da redemocratização brasileira. Hoje, é a garantia da estabilidade da democracia brasileira.

Ora, a base eleitoral do PMDB é o estado de São Paulo. E agora, com as eleições para as prefeituras das capitais, a vitória nestas eleições é essencial para o futuro do PMDB.

Por isso a questão da prefeitura paulista - e, em menor grau, das demais capitais - tornou-se uma questão nacional. Uma questão nacional a ser enfrentada e afinal resolvida a partir da consulta às bases do partido.

O governador Montoro, o prefeito Mário Covas e principalmente a Executiva do partido em São Paulo têm uma enorme responsabilidade pela frente. Eles estão ou devem estar ouvindo as bases, cada militante do partido, cada dirigente de diretório.

A partir das primeiras consultas, confirmadas por esta pesquisa, um fato vai ficando cada vez mais claro: depois da cassação de Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, apesar de sua insistente recusa, desponta como um candidato natural.

Se isto é verdade, as bases do partido devem vencer a resistência do líder do Congresso, que, muito naturalmente, almeja o Governo do Estado. O importante agora é garantir a Prefeitura. Para se alcançar esse objetivo é preciso escolher com urgência o candidato do partido, que ali permanecerá até 1988. A decisão sobre o candidato ao Governo do Estado só acontecerá no próximo ano, e deve permanecer uma questão independente da decisão sobre a Prefeitura. (*Folha de S.Paulo*, 21 de maio de 1985).

EMPRESÁRIOS, GREVES E PACTO DEMOCRÁTICO

A onda de greves que o país vem enfrentando desde o início do novo governo poderá ter duas conseqüências básicas: acelerar o processo inflacionário e levar ao rompimento prematuro do pacto político de união nacional constituído por Tancredo Neves.

As conseqüências inflacionárias das greves são evidentes. Como resultado delas os trabalhadores estão conseguindo aumentos reais de salários superiores ao aumento de produtividade. O governo, através do CIP, busca evitar que as empresas repassem esses aumentos para os preços, mas é claro que só logrará esse objetivo temporariamente. Sem dúvida os trabalhadores viram seus salários serem reduzidos em termos reais na recessão - e no conseqüente reajustamento - da economia brasileira, mas isto não significa maiores lucros para os empresários, a não ser os ligados ao setor exportador. Agora qualquer aumento de salários reais acima da produtividade é inflacionário, já que as empresas acabarão por repassar seus aumentos de custos.

Mais grave do que a inevitável aceleração inflacionária - que, aliás, já vem ocorrendo desde outubro de 1984, quando os trabalhadores conseguiram as primeiras conquistas salariais reais - entretanto, é a eventual ruptura do pacto político democrático que hoje apóia o Presidente Sarney.

Esta ruptura não está ocorrendo no plano especificamente político e sim no plano ideológico. No plano político e aliança PMDB-PFL continua sólida. No plano ideológico, entretanto, as greves estão levando alguns políticos e uma parte dos empresários a radicalizarem suas posições, de uma forma alarmista e conservadora, minando dessa forma a união nacional tão duramente conquistada por Tancredo Neves.

Duas teses conservadoras se sobrepõem na superfície: uma, que as greves são políticas, outra, que o governo deve aplicar a lei autoritária na íntegra. Ora, embora tenham um componente político, as greves estão apoiadas em pautas de reivindicação objetivas (não obstante excessivas); por outro lado, a lei está sendo aplicada na medida necessária a se garantir não apenas o direito à greve mas também o direito ao trabalho, e, principalmente, na medida suficiente para garantir a ordem. No fundo há o medo de que o sistema capitalista esteja ameaçado, quando é óbvio que nunca a hegemonia ideológica e política da burguesia foi tão grande no Brasil quanto hoje, e portanto nunca o regime foi tão estável quanto o é atualmente.

Mas a responsabilidade principal não pertence aos trabalhadores que iniciaram as greves? Sem dúvida, porque eles também são responsáveis pelo pacto democrático, na medida em que são parte desse pacto. Mas reivindicar através de greves é um direito dos trabalhadores, desde que as greves sejam

ordeiras, como em geral tem sido. As lamentáveis exceções, como o caso do caráter privado em São José dos Campos, não mudam o quadro de ordem existente no país.

A responsabilidade dos empresários, entretanto, é muito grande porque são eles a classe dirigente, porque são eles que precisam enfrentar greves com mais naturalidade.

O empresariado brasileiro revelou visão política ao participar de forma decisiva do processo de redemocratização do país. Graças a isto o sistema capitalista e a democracia consolidaram-se neste país. Os empresários precisam agora precaver-se para não serem envolvidos em manobras que só podem desestatizar um pacto político democrático tão duramente conquistado. (*Folha de S.Paulo*, 28 de maio de 1985).

O PACTO POLÍTICO DO PRESIDENTE SARNEY

O Governo Sarney com estilo e marca própria, começou efetivamente quando o presidente da República propôs um pacto político nacional. Tancredo Neves, durante sua campanha para a presidência, falava com insistência em um "pacto social". O Presidente Sarney abandonou provisoriamente a idéia de pacto social e passou a defender um "pacto político", mais especificamente em um "pacto nacional".

A mudança não é apenas de nomenclatura. Com esta proposta Sarney assume definitivamente o comando político do país. Embora seu ministério continue - e deva continuar até o próximo ano - o "ministério de Tancredo", o governo já não é mais o "governo de Tancredo". Com a proposta de um pacto político nacional começa o Governo Sarney.

Tancredo Neves quando propôs seu pacto social, já contava com um pacto político para apoiá-lo: o pacto político democrático, que, a partir do segundo semestre de 1984, transformou-se em verdadeira união nacional. Por isso podia propor um acordo mais específico - um pacto social entre empresários e trabalhadores - com o objetivo de combater a inflação, ao mesmo que se assegurava a retomada do crescimento e uma distribuição mais eqüitativa da renda. O pacto social de Tancredo Neves, baseado no pacto de Moncloa, era

portanto um pacto econômico-social. Possuía naturalmente um elemento político, mas o pacto político básico já estava formado.

Entretanto, esse pacto político democrático entrou em crise imediatamente após a morte de Tancredo Neves. Essa crise deveu-se menos ao próprio desaparecimento do Presidente e mais ao fato de que, terminada a transição democrática que havia permitido a união nacional, era de se supor que os conflitos normais entre as classes e os grupos políticos deveriam reaparecer.

Na verdade esses conflitos reapareceram de duas maneiras: de um lado a partir dos movimentos grevistas dos próprios trabalhadores, de outro a partir das ações do novo governo que, em atendimento a seus compromissos, não apenas iniciou reformas políticas importantes - o voto do analfabeto, as eleições diretas -, mas começou também a propor reformas sociais: a alteração da lei de greve e a reforma agrária.

Diante das greves de um lado - não obstante o caráter essencialmente ordeiro das mesmas - e diante da nova lei de greve e da proposta de reforma agrária de outro - não obstante e o evidente caráter moderado das duas proposições - teve início um claro processo de alarmismo por parte da burguesia. Empresários industriais, comerciais, e agrícolas, efetivamente engajados na produção, esqueceram subitamente que seus maiores inimigos são a dívida externa e os rentistas internos (que não se confundem com o sistema financeiro interno) que vivem de altos juros, e se sentiram ameaçados. Ameaçados por quem? Ameaçados por quem? Não se sabe. Ameaçados por trabalhadores e intelectuais radicais de esquerda? Ameaçados por tecnoburocratas estatizantes? Não há nenhum indício de nenhuma ação subversiva da parte de uns ou de outros.

O fato, entretanto, é que se sentiram inseguros e ameaçados. E ao ocorrer este fato, todo o pacto político de Tancredo era colocado em risco pela eventual e inoportuna radicalização ideológica em termos de esquerda e direita.

Tudo indica que José Sarney percebeu este fato e por isso propôs um pacto político nacional. Com esse pacto o que o Presidente pretende é assegurar um clima de tranqüilidade para realizar as reformas econômicas, - inclusive enfrentar os problemas da dívida externa e da inflação - e as reformas sociais necessárias. Porque ele sabe que, sem mudanças efetivas, - embora moderadas, prudentes - no campo econômico e social, seu governo não se legitimará politicamente. E está claro que José Sarney não quer passar para a história como um mero presidente de transição, mas sim como um estadista que assumiu

a plenitude da responsabilidade de seu cargo. (*Folha de S.Paulo*, 12 de junho de 1985).

SEM DÚVIDA TEMOS PRESIDENTE

O Presidente José Sarney deu ontem uma entrevista coletiva à imprensa que marcará o seu governo de maneira definitiva. Vimos pelas imagens da televisão um presidente enérgico, firme, veemente, defendendo sua proposta de um Pacto Nacional.

Ficou muito claro para todos o que o Presidente entende por Pacto Nacional. É a união não apenas da Aliança Democrática PMDB-PFL, mas de toda a sociedade em torno da Assembléia Nacional Constituinte e principalmente pelas reformas sociais que este país necessita. É a constituição de uma vontade nacional em torno das idéias de democracia e mudança social.

O Presidente Sarney compreende que tem uma missão histórica. Que seu mandato não é apenas um mandato passivo de transição. Que essa transição implica em reformas institucionais importantes, que se consolidarão na Constituinte, mas que já começaram com o voto do analfabeto, as eleições diretas, a legalização dos partidos comunistas, a reforma eleitoral, a mudança na legislação sindical, a legislação da UNE. E que essa transição implica em reformas sociais importantes.

Entre essas reformas o Presidente solicitou a reforma sindical e principalmente a reforma agrária. Em relação à reforma agrária o Presidente foi especialmente veemente. Esta reforma é um compromisso democrático do governo. É uma reforma moderada, mas real. É uma reforma que não justifica em hipótese alguma as reações alarmistas que estão surgindo contra ela. É uma reforma que exige a compreensão e a união de todos.

O Presidente não foi tão claro quanto à forma específica pela qual enfrentará as pressões do FMI no sentido de impor uma política econômica recessiva para combater a inflação. Mas deixou claro que não aceitará essa política. Por outro lado, revelou um bom conhecimento dos problemas econômicos do país. Preferiu não fazer uma opção entre a política do Ministério do Planejamento, que busca baixar os juros para em consequência baixar o déficit público, e a política do Ministério da Fazenda que pretende reduzir

primeiro a despesa pública para, em conseqüência, reduzir o déficit público. Mas fez uma opção clara por uma política econômica prudente, que respeita às leis do mercado.

Nesta área como em todas as demais, entretanto, o Presidente Sarney deixou muito claro que a decisão final será sempre sua. Que a sua autoridade é indiscutível e que ele a usará na sua plenitude.

Em síntese, o Presidente José Sarney, nesta entrevista revelou que está preparado para o cargo, que está pronto para tomar as decisões que lhe cabem, que estas decisões traduzirão o seu compromisso com a democracia e com a mudança social.

Na última semana escrevi nesta coluna que o Presidente, com sua proposta de um Pacto Nacional, começava efetivamente a governar. Terminava o Governo Tancredo e começava o Governo Sarney. A entrevista de ontem confirmou esta análise. Sem dúvida temos Presidente. (*Folha de S.Paulo*, 18 de junho de 1985).

PARA UM GRANDE ACORDO NACIONAL

O Presidente Sarney necessita de um apoio parlamentar sólido e de um apoio básico de toda a sociedade para que possa realizar as reformas econômicas e sociais com as quais está comprometido desde a campanha eleitoral e nas quais acredita.

Sem esse apoio será muito difícil para o governo realizar algumas tarefas fundamentais a que se propôs: (1) manter a ordem e a tranqüilidade enquanto o Congresso promove a reforma eleitoral e, depois, enquanto a Assembléia Nacional Constituinte debate e aprova a nova Constituição; (2) enfrentar os problemas da dívida externa, da taxa de juros e da inflação, de maneira coordenada, firme e soberana; (3) realizar a reforma agrária, que dê uma função social à terra, e, ao mesmo tempo, promover uma política agrícola que estimule os verdadeiros agricultores, grandes e pequenos, a produzir; (4) realizar uma reforma tributária, que distribua melhor a renda, penalizando os rentistas, que vivem de juros e aluguéis, e, ao mesmo tempo, estimulando a ação empresarial produtiva; (5) realizar uma reforma sindical, que garanta autonomia sindical e o direito de greve, mas ao mesmo tempo leve os trabalhadores a assumir os custos

de suas greves, desestimulando as greves irresponsáveis; (6) realizar a reforma administrativa do Estado, de um lado reduzindo o empreguismo e a participação do Estado na produção de bens e serviços, e, de outro, aumentando a ação social do Estado nas áreas de habitação, da educação, da saúde, da cultura, da defesa do meio ambiente, e aumentando a ação econômica do Estado na condução de uma política econômica voltada para o desenvolvimento e a distribuição da renda.

Todas essas tarefas estão claras para o Presidente. Por isso ele busca apoio parlamentar através da Aliança Democrática PMDB-PFL; por isso ele busca apoio na sociedade através da proposta de um Pacto Nacional.

Governar é sem dúvida administrar o conflito, mas é também interpretar e tornar realidade o consenso. Um certo grau de conflito é essencial para o desenvolvimento social, mas uma sociedade na qual só há conflito, discórdia, que é caracterizada pelo grevismo do lado dos trabalhadores e pelo alarmismo e a intransigência do lado dos empresários (e do próprio governo) é uma sociedade ingovernável. Por isso, apesar da descrença de muitos, o Presidente Sarney insiste no óbvio: ele precisa de um pacto, ou, conforme prefere o governador Montoro, de um "acordo nacional". Ele precisa que os trabalhadores moderem suas reivindicações ao mesmo tempo que os empresários compreendam que agora a prioridade é a distribuição de renda. Ele precisa que os progressistas em seu governo levem adiante as reformas sem a oposição emocional e alarmista de um conservadorismo facilmente confundível com o reacionarismo.

No Brasil, hoje, o capitalismo não está em jogo; ele está consolidado. Mas o que foi consolidado é um capitalismo injusto, marcado pela marginalidade, pelos extremos de desigualdade, pelo prêmio à especulação e o desestímulo à produção. Por isso a democracia não está consolidada no Brasil; por isso ela está permanentemente ameaçada.

O retrocesso autoritário ou o retrocesso populista interessam a muito poucos. Seria uma tragédia para a Nação. O Presidente Sarney visa evitar esse retrocesso através do Pacto Nacional. Se as classes dirigentes brasileiras não deram o devido apoio a esse grande acordo nacional teremos dias difíceis pela frente. Teremos conflitos inúteis. Teremos um governo semi paralisado. Não estaremos construindo a democracia, a qual, sem um conteúdo econômico e social, não existe. (*Folha de S.Paulo*, 2 de julho de 1985).

RAZÕES PARA UMA VITÓRIA PREVISÍVEL

A Campanha de Fernando Henrique Cardoso para a Prefeitura de São Paulo ainda não é definitivamente vitoriosa, mas a tendência clara é nesse sentido. Em algumas pesquisas o Sr. Jânio Quadros apresenta ainda uma vantagem, embora nitidamente declinante. É o caso dos levantamentos realizados pela *Folha*, nos quais essa vantagem reduziu-se, entre uma e outra pesquisa, de 10 para 6 pontos percentuais. Já segundo o IBOPE, verifica-se o empate entre as duas candidaturas. Está claro, entretanto, em todas as pesquisas que o Sr. Jânio Quadros já atingiu o teto da preferência do eleitorado, sendo conhecido de sua quase totalidade. Quem não opta pelo ex-presidente é claramente contra ele. Enquanto isso Fernando Henrique é conhecido de uma minoria da população, não tem oposições firmes: à medida que for sendo conhecido, obterá adesões.

Fernando Henrique conta com três vantagens decisivas: (1) tem o apoio de um grande partido, solidamente implantado entre as classes populares, responsável direto pela redemocratização do país; (2) tem o apoio da maioria dos trabalhadores organizados, das classes médias e altas, inclusive do empresariado produtivo, que são os principais formadores de opinião; e (3) é um homem competente e responsável, que recusa promessas demagógicas, mas tem sensibilidade e energia para chegar ao povo.

Sua decisiva vitória nos dois debates pela televisão, na última semana, é muito significativa. Nesse o candidato do PMDB revelou equilíbrio, firmeza, e um surpreendente conhecimento dos problemas da cidade, para quem até há muito pouco, estava exclusivamente voltado para as questões nacionais. Por outro lado, recusou qualquer proposta demagógica. Sabe que a segurança e a habitação são os dois maiores problemas da cidade, mas abstém-se de fazer promessas fáceis e irresponsáveis a respeito. Reivindicará mais segurança para São Paulo dos governos estadual e federal, mas não promete uma guarda municipal que seria ineficiente se desligada da Polícia Militar. Pretende dinamizar a construção de habitações, mas conhece as limitações impostas pela crise financeira do BNH.

Para sua vitória, entretanto, além de suas qualidades pessoais e do apoio de seu partido, será decisiva a receptividade que sua candidatura venha encontrando entre os trabalhadores organizados, as classes médias e o empresariado progressista.

Nesse processo reedita-se a aliança que elegeu Franco Montoro Governador do Estado de São Paulo e Tancredo Neves Presidente da República. São as forças de um Brasil moderno, que optou pelo capitalismo mas o quer social e democrático: que deseja ver a empresa privada assumir o papel motor do desenvolvimento, de forma que o Estado reduza sua atividade empresarial,

elimine seu caráter de agente subsidiador do setor privado ineficiente, e concentre sua ação na condução da política econômica e na promoção de uma distribuição de renda mais justa, com a participação da população.

Apesar de todas as divisões e desentendimentos que marcam o início da Nova República, é este o vetor ideológico dominante: um capitalismo social, uma democracia participativa. É isto que representa a candidatura de Fernando Henrique.

A tudo isto se opõe a candidatura populista, autoritária, reacionária e imprevisível do sr. Jânio Quadros, apoiada pela extrema direita, pelo populismo e pelo malufismo. Estas forças, identificadas com o retrocesso, se uniram em São Paulo para derrotar o PMDB e a consolidação democrática que a candidatura Fernando Henrique Cardoso representa. Não serão bem sucedidas porque são minoritárias, porque não representam a tendência dominante da sociedade brasileira, porque serão facilmente desmascaradas. (*Folha de S.Paulo*, 20 de agosto de 1985).

EM DEFESA DOS PARLAMENTARES

Ulysses Guimarães, em seu belo pronunciamento em defesa do Congresso, no último dia 13, afirmou que "Parlamento e imprensa são filhos da democracia. Parlamento fechado é a imprensa amordaçada pela censura, é a democracia banida. Parlamento e imprensa são irmãos que devem se respeitar e querer sinceramente o acerto recíproco, discordando ou criticando construtivamente".

A imprensa brasileira, entretanto, preocupada em assumir o papel de censora da sociedade e, particularmente, dos políticos, parece ter esquecido essas verdades elementares. A campanha que vem realizando contra senadores, deputados federais e estaduais, porque recebem jetons sem comparecer às sessões, ignora a própria natureza da atividade parlamentar.

Não faz qualquer sentido cobrar a presença física dos parlamentares nos plenários. Em alguns momentos essa presença é essencial, e nesses momentos a grande maioria deles não tem faltado às suas responsabilidades. Na maior parte das vezes, entretanto, o trabalho nas comissões técnicas, o atendimento das demandas de seus eleitores, distribuídos de forma regional ou setorial, junto a Secretarias e Ministérios, a participação em conferências e debates, a organização política dos eleitores, o trabalho nos seus respectivos partidos é muito mais importante do que a presença física no plenário.

É certo que o jeton é pago em função de uma presença física no plenário. Na verdade, esse foi um expediente para reduzir o pagamento do salário básico, que chama a atenção e é onerado pelo imposto de renda. Um expediente condenável, que, sob diferentes formas, outras categorias de funcionários, inclusive membros do Poder Judiciário e das Forças Armadas, também utilizam. Esse expediente deveria ser eliminado em todos os setores, mas sua existência não justifica esse fogo cerrado da imprensa sobre o Poder Legislativo.

A idéia de que os deputados e senadores sejam preguiçosos, que não trabalham, é em geral, absolutamente falsa. Eles trabalham muito, inclusive porque gostam do trabalho que fazem. A idéia de que fiquem ricos devido aos "altos proventos" que recebem é outro rigoroso equívoco. Não conheço nenhum que tenha ficado rico devido a seu cargo. Em contrapartida, conheço vários que se endividaram e enfrentaram sérias dificuldades financeiras seja devido aos altos custos da campanha que enfrentaram, seja porque sacrificaram as atividades profissionais rendosas que exerciam anteriormente.

Na verdade, o desrespeito generalizado pelos políticos e em particular pelos parlamentares, que existe no Brasil, é um sintoma do autoritarismo profundo que mina a sociedade brasileira. Os parlamentares brasileiros estão longe de serem perfeitos. Retratam a média da sociedade civil deste país. Aliás, da mesma forma que a imprensa, que também está longe da perfeição sempre desejada mas absolutamente impossível.

O que é viável no Brasil, apesar de todo o nosso autoritarismo, é a democracia. Uma democracia também imperfeita. Também contraditória, mas real. Para isso, sem dúvida, é necessária uma imprensa livre, crítica, que informe com objetividade. Da mesma forma que é necessário um parlamento respeitado por seu próprio comportamento, por sua representatividade e por sua missão constitucional. O pronunciamento de Ulysses Guimarães foi uma contribuição importante, ao nos lembrar essas verdades elementares sobre a construção da democracia no Brasil. (*Folha de S.Paulo*, 17 de setembro de 1985).

ESTÁGIO ATUAL DA CAMPANHA EM SÃO PAULO

As recentes pesquisas sobre as eleições para a Prefeitura de São Paulo deixaram os apoiadores de Fernando Henrique Cardoso preocupados. Em duas das três pesquisas realizadas (Gallup e Folha) o candidato do PMDB apresentou uma ligeira queda, enquanto na pesquisa do Ibope verificou-se tendência inversa.

Por enquanto as diferenças entre os dois candidatos são tão pequenas que não são estatisticamente significativas. Não há dúvida, entretanto, que a candidatura de Fernando Henrique, que vinha crescendo rapidamente, atingiu um primeiro patamar e estabilizou-se em um ponto no qual a vitória não está ainda assegurada. A superação desse patamar depende de alguns fatores, cujos sinais, entretanto, são, no momento, todos positivos.

Em primeiro lugar, depende da unidade do próprio PMDB. Essa unidade sofreu um certo abalo na última semana, especialmente a partir de um programa inicial na televisão pouco inspirado e de uma carta fora do lugar do vice-governador reclamando maior participação dos militantes do PMDB na campanha. Essa participação é essencial, está sendo assegurada através da coordenação da campanha pelo Presidente do PMDB, não é fácil transformar-se em realidade. O candidato tem pouco tempo para atender a todos. Não é fácil dar tarefas a tantos que desejam colaborar. Por isso haverá sempre os insatisfeitos, que se sentem excluídos. Mas todos sabem que estão no mesmo barco. Por isso a pequena crise do PMDB já foi superada e o partido caminha unido para as eleições.

Em segundo lugar, a superação do atual patamar de preferência eleitoral depende da efetividade da propaganda pela televisão. O programa do PMDB começou com algumas falhas, mas firmou-se em seguida. O programa exibido no último fim-de-semana tinha uma qualidade excepcional, muito superior à dos demais candidatos.

Em terceiro lugar, depende de que o grande arco de apoio que Fernando Henrique já obteve junto à sociedade civil se transforme em apoio eleitoral das massas. A sociedade de São Paulo está claramente apoiando Fernando Henrique. O grande manifesto a seu favor coordenado pelo senador Severo Gomes é uma indicação clara deste fato. Empresários, artistas, intelectuais, jornalistas, advogados, médicos, engenheiros, esportistas, líderes sindicais, exceto os da CUT, líderes de associações de bairro apóiam majoritariamente Fernando Henrique. A grande união nacional que, a nível da sociedade civil, levou Tancredo Neves à Presidência da República, repete-se agora, como se repete a dissidência do PT e a oposição do malufismo, que cerra fileiras em torno de Jânio Quadros. Este apoio da sociedade civil deverá agora, através do

mecanismo da hegemonia ideológica da sociedade civil, transferir-se para a grande massa votante.

Finalmente depende da capacidade de Fernando Henrique de desmascarar o Sr. Jânio Quadros. Além das promessas inviáveis, que ele repete sem envergonhar-se, a quantidade de inverdades históricas que esse senhor vem dizendo pela televisão é impressionante. Ele as afirma, entretanto, com a convicção e a teatralidade que o levaram à Presidência da República no passado. Por isso é preciso que Fernando Henrique e todos os que o apóiam contribuam para novamente desmascará-lo.

Na última pesquisa do IBOPE, na qual Fernando Henrique revelou pequena desvantagem sobre Jânio Quadros, uma maioria significativa de eleitores afirmou, entretanto, que editava que Fernando Henrique seria afinal vitorioso. Esta crença é fundada. Jânio Quadros foi capaz de enganar uma vez o povo e a sociedade civil, mas não será capaz de enganar a todos duas vezes. (*Folha de S. Paulo*, 24 de setembro de 1985).

DILEMAS DE UM PARTIDO VITORIOSO E NO PODER

As três semanas das eleições tudo indica que o PMDB será o grande partido vitorioso. Das 23 prefeituras de capitais em disputa o PMDB deverá ser vitorioso em cerca de 15. Em algumas cidades, como São Paulo, Belo Horizonte e Curitiba, onde os candidatos do PMDB foram lançados com atraso e apareceram inicialmente em grande desvantagem sobre seus adversários, as pesquisas mais recentes já os apresentam na dianteira. Em Recife dois candidatos do PMDB se digladiam.

Em Porto Alegre o candidato do PMDB vem crescendo com firmeza e ainda poderá ser vitorioso. Entre as grandes capitais está definida contra o PMDB apenas no Rio de Janeiro, onde o partido voltou a cometer o mesmo erro das eleições passadas: lançou um candidato vinculado ao chaguismo.

A vitória do PMDB confirma sua vocação para ser um partido de centro-esquerda. Em algumas cidades, como em Belo Horizonte e São Paulo, seu principal oponente está mais à direita: em outras, como Rio de Janeiro e em Porto Alegre, mais a esquerda. O cimento que une o PMDB é a luta pela democracia. Quando o governador Montoro repete incansavelmente o seu

"decálogo da democracia", ele o faz deliberadamente, para fixar bem qual é a mensagem do partido, qual sua tarefa. É consolidar uma democracia, que tenha um claro sentido social, que esteja baseada na participação e na descentralização, que acrescente aos princípios jurídicos formais que definem a democracia um conteúdo substantivo real.

A coerência com esses princípios democráticos substantivos, entretanto, nem sempre é fácil, especialmente quando o partido está no governo.

Não basta que o candidato, enquanto candidato, insista, como vem fazendo Fernando Henrique, em não fazer promessas inviáveis, que ele sabe que não poderá cumprir. Uma vez no governo novos problemas surgem, novos conflitos precisam ser dirimidos, e nesse momento é preciso combinar a coragem com o realismo, os valores morais sempre marcados de uma certa dose de utopia com a avaliação das limitações impostas pela escassez e pelos conflitos de interesses.

Recentemente dilemas dessa natureza surgiram em relação a dois problemas: o da reforma agrária e o da emenda sobre a Constituinte. No primeiro caso os compromissos a que o PMDB e o Presidente Sarney foram obrigados a fazer foram afinal razoáveis. Salvaram a reforma agrária, apesar de limitar um pouco seu escopo. Já no caso da convocação da Constituinte não havia razão para evitar o plebiscito proposto com coragem por Flávio Bierrembach. O Governo Sarney, que já está consolidado, não sofreria arranhes devido a um plebiscito que daria mais legitimidade seja a um Congresso Constituinte - que parece ser a solução mais razoável -, seja a uma Assembléia Constituinte independente do Congresso, que tem o apoio de setores importantes da sociedade civil em função da desconfiança pouco democrática que seus membros votam ao Congresso e a seus parlamentares.

Não importa, entretanto, discutir os méritos de uma outra alternativa. Não há dúvida que o plebiscito dará mais legitimidade à Constituinte. E, no momento, o essencial a defender, em termos de princípios democráticos, é a legitimidade da Constituinte que vai se reunir em 1987. (*Folha de S.Paulo*, 22 de outubro de 1985).

QUANTO VALE O VOTO ÚTIL

No horário gratuito para propaganda política venho ouvindo, com insistência, duas senhoras fantasiadas, que falam em nome do Partido dos Trabalhadores, declararem em termos depreciativos: "O PT pergunta: quanto estará valendo aquele seu voto útil de 1982?".

Pois bem, se a direção do PT "não sabe" o que valeu o voto inteligente e consciente dos homens e mulheres progressistas que garantiram a vitória de Montoro contra o candidato do sr. Maluf, contra o candidato da ditadura que oprimiu o povo brasileiro durante 21 anos, não custa dizer-lhe.

O voto útil, o voto consciente dos verdadeiros democratas, garantiu, em primeiro lugar, o restabelecimento da democracia neste país. Se Montoro não fosse eleito em São Paulo e sim o sr. Reynaldo de Barros, teríamos certamente o sr. Maluf na Presidência da República.

Foi Montoro quem decidiu com coragem lançar a campanha pelas diretas em São Paulo no histórico comício do dia 25 de janeiro de 1984 na Praça da Sé. Foi o mesmo Montoro que decidiu propor o nome de Tancredo Neves como candidato único das oposições. Sob a liderança do Governador do Estado, não há dúvida alguma que foi de São Paulo que partiu a grande arrancada que levou o Brasil à reconquista da democracia.

Em segundo lugar, aquele mesmo voto consciente e muito útil de 1982 valeu um governo honesto, democrático, social, realizador, que não faz milagres, mas representa um avanço decisivo em relação ao que seria o governo do sr. Reynaldo de Barros. Graças à descentralização administrativa e à eliminação do desperdício, o Governo Montoro está fazendo, em média, o dobro do que fez o governo anterior, em matéria de número de salas de aula, de centros de saúde, de consultas médicas, linhas de metrô e de quilômetros de estradas asfaltadas, ao mesmo tempo que consegue a redução paulatina mas firme do número de crimes.

E a democracia não é uma palavra oca. Vai sendo construída inclusive com a mudança total de ação da polícia que respeita o direito de trabalho e o direito de greve, como vimos na recente greve dos bancários.

Mas e o incidente de Guariba, que a direção do PT apresenta na televisão? Não houve aquele espancamento? Houve sim, mas a direção do PT "esquece" que os responsáveis foram exemplarmente punidos pelo Governo Montoro.

Em síntese, "aquele voto útil de 1982" valeu muito: valeu a democracia, a dignidade, a honestidade, a responsabilidade social.

E agora, pergunto eu, o que vale o seu voto útil, seu voto consciente, em 1985? Valerá também muito. Em todas as pesquisas Fernando Henrique tem o dobro dos votos de Eduardo Suplicy, mas está praticamente empatado com Jânio. Imaginar que Suplicy possa ainda ganhar a eleição é uma maneira para acalmar a própria consciência. Afirmar que é preciso fortalecer o PT mesmo às custas de uma eventual vitória de Jânio é uma traição à democracia. É fazer o jogo do que há de pior em matéria de populismo, conservadorismo e autoritarismo.

A campanha de Eduardo Suplicy já é um grande êxito. Já provou não apenas a força de seu partido, mas a competência eleitoral de seu candidato. Está na hora de pensar nos compromissos maiores com o país e com os trabalhadores, que estão envolvidos nestas eleições em São Paulo.

Fernando Henrique provavelmente ganhará estas eleições. A última pesquisa Gallup confirma esta previsão. Só poderá perder porque a direção do PT, da mesma forma que aconteceu com o sr. Olavo Setúbal, está mais interessada em seus próprios interesses do que nos da Nação Brasileira. Os eleitores mais conscientes do PT, entretanto, sabem o que vale seu voto, e, se "o PT pergunta" o que vale seu voto, eles saberão responder votando no candidato que tem melhores condições de consolidar a frágil democracia neste país. (*Folha de S.Paulo*, 29 de outubro de 1985).

CONSERVADORES E UTOPICOS EM SÃO PAULO

As eleições municipais em São Paulo, no próximo dia 15, são exemplares porque nelas as posições ideológicas estão bem definidas. É um lugar comum a afirmação que, dada a importância de São Paulo e a importância do PMDB neste estado, a vitória de seu candidato será decisiva para a consolidação da democracia no Brasil. O que, entretanto, tem sido pouco salientado é que em São Paulo, mais do que em qualquer outra cidade, assistimos a um debate ideológico claro entre a esquerda utópica representada por Eduardo Suplicy do PT, a centro-esquerda democrática representada por Fernando Henrique Cardoso do PMDB e a direita autoritária senão facista representada por Jânio Quadros, apoiado pelo PTB, pelo PFL e não oficialmente pelo PDS.

O caráter autoritário e conservador da candidatura Jânio Quadros é evidente. As teses fundamentais são anti-comunismo exacerbado, o moralismo, a segurança, a defesa da família e da propriedade, e a afirmação da autoridade.

Todas essas idéias são fora de lugar exceto a segurança, que é uma necessidade fundamental da sociedade, insuficientemente atendida apesar de todos os esforços. Nenhum dos outros dois candidatos ameaça a família e a propriedade, muito menos a moralidade pública ou particular. Quem é mais vulnerável nessa área é o próprio sr. Jânio Quadros. A autoridade só faz falta para quem da confunde com autoritarismo. O anti-comunismo é uma tese tão fora de lugar quanto o próprio comunismo, que não atrai ninguém neste país.

E, no entanto, os conservadores existentes neste país, especialmente aqueles que se identificam com o autoritarismo, ouvem e concordam com esse discurso do sr. Jânio Quadros. Não é surpreendente. O autoritarismo conservador deve contar com o apoio de cerca de 20 por cento da população da cidade. Se se somar a isto o apelo populista do candidato temos os 32 por cento do apoio que ele vem obtendo nas pesquisas de opinião.

Do outro lado temos o esquerdismo utópico do PT. Seu discurso é democrático, não propõe a eliminação violenta do capitalismo, mas é favorável, sem restrições, aos trabalhadores. Ora, é exatamente essa característica que torna seu discurso utópico e sua prática política inviável. O Brasil é um país capitalista, a classe dominante é a burguesia - dominante economicamente e hegemônica ideologicamente. Neste quadro um partido só consegue ser governo, só consegue efetivamente governar, ou se for conservador, inteiramente subordinado aos interesses da burguesia, como o PMDB, embora representando os trabalhadores e as classes médias, tenha suficiente aceitação por parte dos empresários para poder servir de intermediário entre as reivindicações populares e os interesses do sistema dominante.

O caráter utópico do PT, seu deslocamento da realidade e o leva a ter um apoio muito reduzido entre os trabalhadores, apesar do crescimento da CUT, e um apoio maior na tecnoburocracia intelectualizada, que se divide entre o PT e o PMDB. Em consequência, todas as pesquisas limitam o PT a cerca de 15 por cento do eleitorado paulista.

É dentro desse quadro que um candidato de centro-esquerda, como Fernando Henrique, deverá vencer as eleições daqui a dez dias. Estabeleceu-se em São Paulo uma forte corrente de centro-esquerda, comprometida com a democracia, comprometida com o avanço das conquistas dos trabalhadores, comprometida com o desenvolvimento econômico independente, mas comprometida também realisticamente, com a consolidação de um regime capitalista moderno no Brasil. Essa corrente é majoritária em São Paulo. Deve representar cerca de um terço do eleitorado paulista, que, somada à maioria dos indecisos, aos conservadores democráticos e aos petistas que temem o

autoritarismo irresponsável do sr. Jânio Quadros, deverão garantir a Fernando Henrique Cardoso, cerca de 40 por cento dos votos válidos. (*Folha de S.Paulo*, 5 de novembro de 1985).

UM PACTO POLÍTICO LIBERAL-POPULAR

Todas as periodizações históricas têm algo de arbitrário. Não obstante, talvez se possa dividir a história recente da América Latina em três períodos: (1) os anos trinta e cinquenta, definidos, no plano político, pelo pacto populista, e no plano econômico, pelo modelo de industrialização substitutiva de importações; os anos sessenta e setenta, caracterizados pelo modelo de subdesenvolvimento industrializado e pelo pacto autoritário capitalista tecnoburocrático; e (3) o início dos anos oitenta, marcados pela crise da dívida externa e pela democratização popular-burguesa. Examinemos sumariamente estes três momentos para, em seguida, procurarmos definir o pacto político democrático liberal-popular hoje em formação em alguns países da América Latina, particularmente no Brasil.

O modelo de substituição de importações e o pacto populista já foram exaustivamente estudados. É nesse período que começa mais a intervir sistematicamente na economia. A intervenção, entretanto, é hesitante e contraditória nos anos trinta e quarenta, em função da própria fraqueza do aparelho burocrático do Estado. A tecnoburocracia estatal começa a emergir. O Estado do Bem-estar faz avanços, a partir das práticas populistas e da cópia das experiências facistas de legislação do trabalho. Mas é só nos anos cinquenta, depois do impulso inicial dado pelos economistas estruturalistas reunidos na Cepal, que o Estado Regulador ou Planejador logra algum significado histórico. As primeiras experiências de planejamento econômico ocorrem nessa época, ao mesmo tempo em que o Estado começa a assumir funções empresariais mais sistematicamente. Nessa época, entretanto, o Estado não dispõe ainda de instrumentos mínimos, como os bancos centrais, para agir com maior efetividade no plano das políticas reguladoras macro econômicas de curto prazo.

Através do protecionismo tarifário e cambial e da transferência de renda do setor agrícola exportador para o setor urbano, industrial - geralmente via manipulação da taxa de câmbio-, busca-se estimular a industrialização substitutiva de importações. Os países latinoamericanos voltam-se para o mercado interno, o coeficiente de abertura de suas economias (média das importações

mais exportações dividida pelo produto interno bruto) reduz-se. Tendo-se em vista especialmente os países pequenos, nos quais a industrialização seria inviável por falta de mercados nacionais que permitissem o aproveitamento de economias de escala, a Cepal propõe a integração latino-americana.

O pacto populista e o modelo de substituição de importações eram intrinsecamente temporários. Dependiam (1) da transferência de renda dos setores primário-exportadores, que era, por natureza, limitada; (2) da integração latino-americana, que afinal revelou-se inviável ou fracassada; (3) da aliança entre a burguesia industrial, a tecnoburocracia e os trabalhadores, que só podia subsistir enquanto aquela transferência interna de renda pudesse ser realizada.

O colapso do populismo, que já está em marcha nos anos 50, em função de fatos históricos novos que inviabilizam o populismo nacional-burguês - a consolidação da indústria, a crise da agricultura exportadora, a entrada em massa de empresas multinacionais no setor industrial, a revolução de Cuba de 1959 - ocorre no início dos anos 60. O golpe militar brasileiro de 1964 transforma-se depois em paradigma para outros países da América Latina, particularmente para o Peru, a Argentina, o Chile e o Uruguai.

1

O pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático que então se constitui é a forma através da qual as duas classes dominantes - a burguesia e, como sócia menor, a tecnoburocracia, da qual os militares são parte - buscam dar continuidade ao processo de acumulação primitiva necessária à consolidação do capitalismo na América Latina.

A acumulação primitiva realizada no período primário-exportador permitiu, no período populista, a transferência de renda para a indústria. As economias latino-americanas, inclusive as que haviam sido mais bem sucedidas em sua industrialização substitutiva de importações - o Brasil, o México e a Argentina, que possuíam os maiores mercados internos -, entretanto, não haviam ainda logrado uma acumulação primitiva de capital suficiente para que, em seguida, através do mecanismo clássico da mais-valia fosse possível um desenvolvimento capitalista sustentado. Era necessário, para a burguesia industrial em formação que o processo de acumulação primitiva, interrompido com o esgotamento das possibilidades de transferências de excedente do setor primário-exportador, tivesse continuidade.

A solução para o impasse foi a aliança autoritária da burguesia com a tecnoburocracia e a conseqüente exclusão radical dos trabalhadores do pacto de poder. Com essa exclusão, que o colapso do populismo, apressado pela tentativa de autonomização das esquerdas e do movimento sindical no final dos anos cinquenta e no início dos anos sessenta, torna-se possível para a burguesia realizar a acumulação primitiva através de medidas visando diretamente reduzir os salários reais e os próprios benefícios sociais, enquanto aumentava a produtividade.

A concentração da renda às custas da redução dos salários diretos e indiretos, entretanto, não era ainda suficiente para se garantir a acumulação primitiva. Recorreu-se, portanto, a uma segunda fonte de acumulação privada que foi a transformação do Estado Planejador em Estado -Subsidiador da acumulação privada. O subsídio era dado na forma de estímulos fiscais e creditícios aos setores julgados prioritários pelos planejadores econômicos. Além disso o setor privado recebia benefícios através das compras, por parte das empresas estatais, principalmente de bens de capital, a preços superiores ao da concorrência internacional.

O Estado Subsidiador, entretanto, levava necessariamente ao déficit público e à crise fiscal, já que os impostos eram aumentados compativelmente. Para financiar esse déficit a solução mais simples, que o desenvolvimento dos mercados internacionais de eurodólares facilitaria, foi o endividamento externo. Em conseqüência, os países latino-americanos, e particularmente seus setores públicos, passam a se endividar em moedas estrangeiras, inicialmente para financiar planos de desenvolvimento, e depois, a partir de 1979, para amortizar a dívida existente e pagar os juros, que crescem explosivamente não apenas devido ao aumento da dívida, mas também em função ao aumento da taxa de juros internacional.

Da mesma forma que o pacto populista era insustentável a médio prazo, o pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático também o era, embora por motivos diversos. Era impossível continuar a realizar indefinidamente a acumulação primitiva através do Estado Subsidiador, às custas inicialmente apenas dos trabalhadores e, em um segundo momento, de certos setores das classes médias tecnoburocráticas e burguesas, do modo que era impossível continuar a complementar o financiamento da acumulação pública e privada através do endividamento público externo. Por isso, no início dos anos oitenta os regimes autoritários entram em colapso na Argentina, no Brasil e no Uruguai. No Cone Sul as ditaduras se mantêm apenas no caso crônico do Paraguai e no Chile onde a burguesia ainda não se sente segura para romper sua aliança com os militares.

2

É preciso, entretanto, fazer uma distinção clara entre, de um lado, o caso do Brasil (e do México), e de outro, o caso da Argentina, do Uruguai e do Chile, e de outro ainda, o caso do Peru.

Em todos estes países tivemos a partir dos anos sessenta um regime autoritário capitalista-tecnoburocrático. Em todos os casos, exceto no Peru, esse pacto era estritamente conservador. No Peru a revolução da Alvarado era tipicamente progressista, porque orientou-se decididamente e com razoável sucesso para a destruição do latifúndio que dominava o país. Não logrou, entretanto, manter-se no poder porque não obteve o apoio da debilíssima burguesia industrial peruana, além de não ter conseguido chegar ao povo.

No Peru não houve, portanto, um pacto capitalista-tecnoburocrático. A revolução foi meramente tecnoburocrática, mais especificamente, militar (embora não deve ser confundida com os golpes dos caudilhos do período primário exportador). E por ter sido apenas tecnoburocrática, a revolução teve vida curta.

Nos demais países, os golpes de estado resultaram em efetivos pactos capitalistas-tecnoburocráticos. Há, entretanto, uma diferença fundamental entre o caso brasileiro e os casos da Argentina, do Chile e do Uruguai. No Brasil, a partir de 1964, os militares, ou, mais especificamente, a tecnoburocracia tiveram condições de se aliar à burguesia industrial e não à burguesia mercantil porque, da mesma forma que no México, e ainda em maior grau do que nesse país, a industrialização brasileira já havia então alcançado um grande desenvolvimento. Em contrapartida, na Argentina, no Chile e no Uruguai os militares tentaram copiar a revolução tecnoburocrático-modernizante brasileira, mas afinal não tiveram outra alternativa senão aliar-se à velha burguesia agráriomercantil e à burguesia financeira e rentista, dada a debilidade da industrialização nesses países e portanto devido à fraqueza de suas respectivas burguesias industriais.

Em consequência, a política econômica nesses países tornou-se muito menos resistente do que no Brasil às propostas conservadoras, de inspiração monetarista, que, em nome de um liberalismo radical, promoveram sua desindustrialização. No Brasil essas políticas foram tentadas em diversas ocasiões, mas eram em seguida abandonada sem função das pressões dos empresários industriais, reproduzindo-se assim o clássico processo de *stop and go*. Foi só entre 1981 e 1983, diante de uma pressão irresistível dos banqueiros internacionais e de um irrecusável desajuste externo, não apenas de estoque (grande dívida externa) mas também do fluxo (déficit em conta corrente), que políticas recessivas de cunho relativamente monetarista puderam ser postas em prática no Brasil. Nestes termos o pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático

no Brasil foi um pacto da tecnoburocracia com o capital industrial enquanto que na Argentina, no Chile e no Uruguai foi um pacto com o capital mercantil. Em função disso os resultados, embora em termos de autoritarismo, de concentração de renda e de endividamento externo fossem semelhantes, em termos de desenvolvimento econômico foram muito diferentes. No Brasil tivemos um pacto industrializante, enquanto nos outros três países, anti-industrializante.

3

No início dos anos oitenta, quando a crise financeira provocada pelo endividamento externo, e a crise política provocada pela concentração de renda e pela recessão levaram o pacto autoritário ao colapso, assistimos à redemocratização desses países, exceto o trágico caso do Chile, onde a burguesia ainda teme a subversão comunista. Burguesia, classes médias tecnoburocráticas e trabalhadores, cansados do autoritarismo, se unem em um pacto democrático.

Pergunta-se, agora, qual a natureza desse pacto. E qual, portanto, será o novo papel do Estado Regulador, seja no processo de acumulação, seja no de distribuição da renda.

Na medida em que a redemocratização foi uma vitória dos trabalhadores e das esquerdas, poder-se-ia imaginar que o pacto democrático nesses países seria eminentemente popular. Afinal, foram os trabalhadores e as esquerdas os grandes excluídos do pacto autoritário capitalista-tecnoburocrático.

Ocorre, entretanto, que apenas os setores mais reacionários da burguesia, além da cúpula militar e civil da tecnoburocracia, foram derrotados com o processo de redemocratização. O grosso da burguesia mudou de lado em tempo. Sentindo o capitalismo consolidado, abandonou seus compromissos como o autoritarismo e participou do processo de redemocratização.

Na medida em que a burguesia é a classe dominante seria, na verdade, difícil senão impossível que a redemocratização ocorresse sem sua participação. A burguesia é uma classe politicamente flexível, que apela para o autoritarismo quando se sente ameaçada ou quando necessita a acumulação primitiva, mas não hesita em cooptar os movimentos democráticos da sociedade com os quais possui muitos pontos de identidade. A partir do momento que a acumulação primitiva se completa e que é possível realizar a extração do excedente através dos mecanismos de mercado, a burguesia, que é uma classe muito numerosa, tende a conviver melhor com a democracia, apesar de seus riscos, do que com a ditadura.

Ora, porque a burguesia é a classe dominante e porque teve um papel importante na redemocratização, o caráter popular do novo pacto democrático na Argentina, no Brasil e no Uruguai deverá ser combinado com um forte componente liberal.

Em termos alternativos, poderíamos pensar em um "pacto democrático-popular", definido pela aliança dos trabalhadores com as classes médias tecnoburocráticas progressistas e com os setores minoritários da burguesia, ou então em um "pacto liberal-burguês", conservador, dominado pela alta e média burguesia, em aliança com setores minoritários da tecnoburocracia e dos trabalhadores. Na verdade, entretanto, parece mais provável a constituição de um "pacto democrático liberal-popular", em que a aliança da burguesia com os trabalhadores e com as classes médias tecnoburocráticas se realize através de grandes partidos de massa, como o PMDB no Brasil e o Partido Radical na Argentina.

Esses partidos são suficientemente amplos para abrigarem tendências ideológicas as mais diversas, desde grupos de centro-direita que atraem a burguesia até tendências nitidamente de esquerda. Por outro lado, seu vetor ideológico é radicalmente democrático e claramente de centro-esquerda ou social-democrático, de forma a poder se assegurar do apoio de amplas frações dos trabalhadores organizados e das classes médias tecnoburocráticas progressistas.

4

Esse pacto democrático liberal-popular, que parece estar hoje se delineando nos países recém redemocratizados, é intrinsecamente contraditório. Seu caráter democrático popular é progressista, seu caráter liberal, conservador, burguês.

Não se trata, obviamente, de uma reedição do pacto populista (1) porque não mais existe a divisão da burguesia em uma burguesia mercantil "cosmopolita" ou "compradora" e uma burguesia industrial "nacionalista", (2) porque o objetivo não é mais o início da industrialização, a revolução industrial, (3) porque a estratégia básica não é mais o protecionismo e a transferência de excedente do setor primário-exportador agrário-mercantil para o industrial, (4) porque a transição do capitalismo mercantil para o modo especificamente capitalista de produção, em que a apropriação do excedente se realiza primordialmente através do aumento da produtividade e do mecanismo de mais-valia, já se realizou.

O novo pacto, entretanto, tem em comum com o populismo uma nova e contraditória aliança dos trabalhadores com a burguesia, do "popular" com o "liberal".

Essa aliança será viável na medida em que as classes dominantes dos países latino-americanos não sejam mais levadas a recorrer às práticas que têm sido chamadas de "capitalismo selvagem", mas que não são outra coisa senão a repetição da acumulação primitiva, para prosseguir seu processo de desenvolvimento capitalista.

No caso do Brasil, do México e talvez da Argentina, tudo indica que esse estágio já foi alcançado. Já existe um amplo setor especificamente capitalista constituído nesses países. Já é possível, portanto, prosseguir o processo de acumulação através da troca de equivalentes, que assegure aos trabalhadores aumentos reais de salários proporcionais ao aumento de produtividade - como ocorre nos países centrais desde a segunda metade do século XIX - e assegure aos capitalistas lucro e acumulação através da "troca de equivalentes" no mercado, ou seja, do mecanismo da mais-valia. Nos demais países latino-americanos, entretanto, não está tão claro que a fase da acumulação primitiva de capital esteja basicamente superada.

É preciso assinalar, todavia, que se o Brasil e o México encontram-se em uma situação mais favorável para celebrar um pacto democrático liberal-popular, porque já cumpriram a pior fase da acumulação primitiva, apresentam, em contrapartida, altíssimos graus de exclusão social ou de concentração da renda, que não poderão ser resolvidos pelo simples aumento do salário real proporcionalmente ao aumento da produtividade. Será necessário (1) assegurar emprego no setor capitalista para um número de trabalhadores superior ao aumento da população e (2) enfatizar fortemente formas de distribuição de renda através de benefícios sociais indiretos, e (3) adotar métodos de descentralização administrativa e de organização comunitária alternativos aos clássicos processos capitalistas.

Esta terceira via será necessária porque a primeira - a pura e simples absorção de mão-de-obra por empresas capitalistas - será insuficiente, dado o caráter capital-intensivo das tecnologias modernas e as limitações ao processo de acumulação impostas pelo endividamento externo dos países e o endividamento interno do Estado. Por outro lado, a descentralização expressa em um vigoroso movimento municipalista que já está em marcha, por exemplo, no Brasil, na medida em que os prefeitos vão se tornando sujeitos políticos importantes, será um instrumento fundamental para tornar mais eficiente a ação distributiva do Estado do Bem-Estar. O Estado Produtor é eminentemente centralizador porque está preocupado em realizar os grandes investimentos em transporte, energia, comunicações e siderurgia que o setor privado capitalista não tem condições de assumir. Em contrapartida, o Estado do Bem-estar tende a ser descentralizador porque os municípios são muitos mais eficientes do que os

estados (províncias) ou o Governo Central para distribuir e administrar benefícios sociais: educação, saúde, esporte, cultura e habitação.

O caráter popular do pacto democrático poderá assim ser assegurado através (1) do aumento de emprego, (2) do aumento de salários de acordo com a produtividade, e (3) da distribuição da renda via benefícios sociais, administrados de forma cada vez mais descentralizada.

Para financiar os benefícios sociais será imprescindível a reforma tributária, a qual, não apenas distribua regionalmente a arrecadação fiscal, municipalizando-a sempre que possível, mas também através do aumento efetivo da carga tributária líquida, que nos países latino-americanos tende a ser muito baixa quando comparada não apenas aos países centrais mas também aos países asiáticos, com grau semelhante de desenvolvimento. Por outro lado, a reforma agrária, que, conforme ensina Ignácio Rangel, as classes dominantes puderam evitar na fase substitutiva de importações da industrialização, não poderá agora ser mais evitada, sob riscos, de um lado, de agravar conturbações sociais, e, de outro, de insuficiência do mercado interno para sustentar a industrialização.

O caráter liberal do pacto democrático deverá expressar-se na redução do papel do Estado Produtor. A burguesia, por motivos ideológicos óbvios, teme o avanço tecnoburocrático representado pelas empresas estatais, ainda que estas tenham sido criadas e desenvolvidas principalmente para apoiar a acumulação privada. Por isso coloca como prioridade número um a desestatização da economia.

Será necessária, portanto, uma mudança no próprio caráter da intervenção do Estado na economia. O Estado Subsidiador desaparece para dar espaço - recursos - ao Estado do Bem-Estar, enquanto o Estado Produtor reduz sua esfera de ação para tranquilizar a burguesia.

Serão essas as mudanças prováveis ou possíveis? Correspondem a tendências já embutidas no processo econômico e social? Tudo indica que sim. A liquidação do Estado Subsidiador, a eliminação de incentivos e subsídios de toda a espécie, representa o fim da acumulação primitiva: representa a incorporação definitiva dos países latino-americanos mais avançados industrialmente às formas especificamente capitalistas de produção e distribuição. A desestatização, ainda que provavelmente limitada, é uma necessidade não apenas ideológica da burguesia liberal, mas também uma necessidade financeira. Na promoção forçada do desenvolvimento, o Estado e suas empresas endividaram-se externamente e internamente em níveis sem precedentes. Caso a desestatização ocorra para ajudar a pagar a dívida externa ocorrerá um amplo processo de desnacionalização, que é incompatível com um pacto democrático popular. Se a desestatização parcial, entretanto, ocorrer, como parece mais provável, para

tranquilizar a burguesia e subsidiariamente ajudar a pagar a dívida interna, não haverá essa incompatibilidade. (*Jornal da Tarde*, 9 de novembro de 1985).

DIREITA OPORTUNISTA EM ALIANÇA COM JÂNIO

À medida em que se aproxima a data da eleição, cresce a segurança na vitória de Fernando Henrique Cardoso na disputa da Prefeitura de São Paulo. As pesquisas mais recentes de todos os institutos mostram uma vantagem em torno de 5 por cento para o candidato do PMDB em relação a Jânio Quadros, com Eduardo Suplicy, depois de um rápido crescimento, agora estacionado em torno de 18 por cento do eleitorado. Essa vantagem de 5 por cento somado aos apoios recentes de Rogê Ferreira, do PDT, que preferiram somar forças a Fernando Henrique para evitar uma eventual vitória do candidato autoritário, garantem a vitória do PMDB no próximo dia 15.

É preciso, entretanto, procurar entender a natureza da candidatura Jânio Quadros, que, embora provavelmente derrotada, chegou a colocar em risco a consolidação democrática no país.

Jânio Quadros deverá obter quase um terço dos votos em São Paulo graças à aliança de quatro forças: (1) o populismo irracional por ele próprio representado, (2) o oportunismo sem ideologias do PTB, (3) o autoritarismo de direita representado por Paulo Maluf que tenta voltar ao poder, e (4) o oportunismo de direita, representado pelo PFL paulista que, sabendo que os conservadores não têm condições, sozinhos, de chegar ao poder pela via do voto, decidem - como o próprio Herbert Levy declarou em artigo nesta *Folha* no último dia 8 - usar a popularidade de Jânio Quadros, porque, a seu ver, ele é "o único líder que tem condições de atacar a esquerda e os comunistas sem perder nada da sua popularidade".

Temos, portanto, a repetição em 1985 da aliança de 1960 do populismo irracional, deliberadamente contraditório e efetivamente vazio de idéias, do ator Jânio Quadros (ver o artigo de Octávio Frias Filho, no *Folhetim* de 20 de outubro) com a liderança em São Paulo da direita oportunista, que, de maneira politicamente irresponsável e fraudulenta, decidiu apoiar (e se apoiar em) um candidato que não respeita, que considera psicologicamente instável, moralmente duvidoso, e politicamente indigno de confiança.

A esta aliança espúria, que reproduz o apoio da UND a Jânio Quadros em 1960, soma-se, entretanto, o apoio da direita autoritária e corrupta recentemente aliada do poder, e do oportunismo sem qualificativos dos políticos petebistas.

A grande diferença em relação a 1960, entretanto, é que esse tipo de estratégia da direita oportunista já está desmoralizada perante todos, inclusive os conservadores democráticos. Em 1960 os conservadores democráticos e fiéis aos princípios estavam todos com Jânio Quadros, hoje estão com Fernando Henrique Cardoso. Em 1960 Jânio Quadros ainda enganava a muitos com seu falso moralismo e com sua capacidade de representação. Hoje apenas setores da pequena-burguesia e do lupen-proletariat, ou seja, apenas setores dos pequenos proprietários amedrontados e da população marginalizada econômica e socialmente que acaba recorrendo a expedientes ou atividades ilegais para sobreviver, apenas esses dois setores servem de base eleitoral para Jânio Quadros.

Em 1985 as classes médias progressistas e os trabalhadores politizados estão com o PMDB ou com o PT. Votam em Eduardo Suplicy e, na proporção de dois para um, em Fernando Henrique Cardoso. Em 1960, ao invés de candidatos desse calibre, tinham para enfrentar Jânio Quadros a candidatura equivocada (de direita) de Lott, fruto da aliança em crise do velho PTB com PSD.

Por essas razões a tentativa da direita oportunista aliada mais uma vez à direita autoritária, de usar a popularidade desgastada de Jânio Quadros para chegar ao poder não terá êxito. Em 1960 foi bem sucedida eleitoralmente, mas fracassou em seguida, com a renúncia de Jânio Quadros. Hoje uma população muito mais conscientizada politicamente não se deixará enganar novamente e dará as vitórias a Fernando Henrique Cardoso, apesar da divisão das forças democráticas entre o PMDB e o PT. (*Folha de S.Paulo*, 12 de novembro de 1985).

O PMDB DE SÃO PAULO DEPOIS DA ELEIÇÃO

As previsões se confirmaram e, a nível nacional, o PMDB foi grande vitorioso nas eleições municipais de 15 de novembro. Elegeu prefeitos em 19 das 25 capitais, sem contar a vitória de Jarbas Vasconcelos no Recife, que também pode ser considerada uma vitória do PMDB. Fizeram avanços significativos o PDT e o PT, mostrando que a tendência geral do eleitorado é progressista. Apenas em São Paulo a desunião dessas forças e o fascínio irracional que Jânio Quadros ainda possui sobre parte do eleitorado determinaram a vitória dos partidos de direita.

A vitória do PMDB perdeu parte do seu brilho com a inesperada derrota em São Paulo. Embora as pesquisas das vésperas das eleições dessem unanimemente uma vantagem de 6 a 7 pontos percentuais para Fernando Henrique Cardoso, Jânio Quadros acabou eleito por uma escassa margem de pouco mais de 3 por cento de eleitores envergonhados.

A explicação mais geral para a derrota está na união do velho populismo carismático de direita de Jânio Quadros com o autoritarismo de direita do PDS e com o oportunismo de direita do PFL paulista. Os dirigentes desse partido sabiam perfeitamente o mal que Jânio Quadros já fez e ainda poderá fazer, mas decidiram apoiá-lo em função de interesses menores. Dessa coesa união da direita só escaparam os poucos conservadores democráticos, que agem de acordo com princípios e por isso não podiam apoiar Jânio Quadros. Enquanto isso os progressistas, embora constituindo clara minoria, dividiram-se entre o PMDB e o PT. O resultado foi o partido majoritário em São Paulo perder as eleições.

Essa derrota, ainda que por diferença muito pequena, poderá ter consequências muito negativas para a cidade e para o país. A direita, que governou autoritariamente durante 21 anos, sente-se fortalecida, embora tenha vencido apenas em São Paulo. A espúria associação entre o PFL e o PTB paulista poderá ainda nos levar à contingência, ao mesmo tempo trágica e ridícula, de vermos Jânio Quadros como um candidato viável à Presidência da República.

Em relação ao PMDB, entretanto, é preciso não exagerar o significado desse resultado adverso em São Paulo. É certo que a Prefeitura foi perdida, mas é preciso salientar que a diferença de votos foi mínima. O PMDB continua a ser o maior partido na cidade de São Paulo, e no interior sua superioridade sobre os demais partidos é esmagadora. Por isso a probabilidade que o Governador Montoro tem de eleger seu sucessor continua enorme. Olavo Setúbal e Paulo Maluf, terminada sua aliança para a conquista da Prefeitura, já se apressaram em se lançar candidatos, estimulados pela vitória de Jânio Quadros, mas qualquer um dos prováveis candidatos do PMDB continua a ter maiores possibilidades de êxito do que os dois representantes da direita.

Esta campanha teve uma única vantagem para o PMDB em São Paulo. Na medida em que teve que enfrentar uma coligação de direita, o partido foi levado a definir com mais clareza sua vocação de centro-esquerda. Os compromissos populares do PMDB foram confirmados, ao mesmo tempo que sua aliança com o empresariado moderno solidificou-se.

Agora o essencial é que o partido saiba manter sua unidade. Que evite as retaliações e a busca de "culpados". Que saiba respeitar as tendências de suas bases. Que saiba ser fiel ao seu compromisso democrático e social. A unidade e a coerência do PMDB de São Paulo são hoje mais importantes do que nunca, porque mais uma vez o Brasil se defronta com a ameaça concreta do ressurgimento da direita facista, populista e oportunista. (*Folha de S.Paulo*, 19 de novembro de 1985).

O PT COMEÇA A SE DEFINIR

O documento preparado pela direção da CUT-ABC para os participantes do seu II Congresso, publicado na imprensa no último dia 9, e a recente entrevista de Lula à *Afinal*, colocam em questão quais são os verdadeiros objetivos da CUT e do PT para este país. O que pretendem afinal o PT e a CUT - o reformismo no sentido do socialismo democrático ou então a revolução do tipo estatal ou comunista?

Desde a sua fundação o PT vem evitando uma definição clara de seus objetivos, para, assim, poder ampliar duas bases eleitorais. No início preferiam não falar sequer em socialismo democrático. Limitavam-se a um obreirismo radical, no qual os interesses dos trabalhadores transformavam-se em critérios absolutos de justiça e verdade. Mas evitam qualquer definição ideológica mais clara.

Essa atitude confirmou-se na recente campanha eleitoral para a Prefeitura de São Paulo. O PT e o seu candidato foram apresentados aos eleitores como objetos inofensivos através de uma técnica publicitária bem concebida. O PT estaria para trazer a justiça, o bem estar, a igualdade e a liberdade para todos, sem, com isso, ameaçar ninguém.

Já o tom e o sentido do documento da CUT-ABC é muito diferente. O PT e a CUT começam a se definir com mais precisão. Fala-se com insistência em

greves e em reivindicações. Mas até aí, nada especial. A função dos sindicatos é a mesma - é uma função essencial para a sociedade.

Mas o documento não fica aí. Decide fazer uma análise da situação econômica e política do Brasil.

Conclui que o país encontra-se em uma profunda crise - em um impasse econômico, derivado da dívida externa e da dívida pública, em um impasse político decorrente do impasse econômico. Não há dúvida de que esses dois problemas existem, mas são pintados pela CUT de maneira exagerada e incorreta. A afirmação, por exemplo, de que "mais uma vez a recuperação do país está sendo realizada às custas do aumento da exploração sobre a classe trabalhadora" é rigorosamente falsa. Neste ano a renda per capita deverá crescer cerca de 5 por cento e os salários médios reais, 15 por cento: o PIB deverá crescer entre 7 e 8 por cento e a massa salarial está crescendo 25 por cento.

A partir desta análise radical e parcialmente falseada da crise, entretanto, o documento parte para uma proposta ainda mais radical. O objetivo do "movimento operário e popular" é inviabilizar a estratégia política da classe dominante e impedir uma saída conservadora para o capitalismo brasileiro... Por mais profundo que seja o impasse histórico do capitalismo, a classe dominante poderá superá-lo, mais cedo ou mais tarde, se a classe trabalhadora não construir sua alternativa de poder e seu programa de classe para o país". Por sua vez, afirma Lula em uma entrevista para a revista *Afinal* (17 de dezembro): "Logicamente eu imagino uma sociedade onde a classe trabalhadora detenha o controle dos meios de produção". Ou as palavras mudaram de sentido, ou a CUT e Lula estão falando em revolução pela classe trabalhadora.

Afinal, é esta a proposta do PT e da CUT, ou é a proposta inofensiva, adocicada, da última campanha? A idéia é caminhar para a revolução proletária (estatal), ou então reformar o capitalismo brasileiro até chegar um dia ao socialismo democrático? É estabelecer uma alternativa revolucionária de poder para a classe trabalhadora, ou lutar, com pretende a esquerda do PMDB, para que, os trabalhadores vão aumentando seu poder nos quadros de uma sociedade que será ainda por muito tempo predominantemente capitalista? É preciso que o PT e os seus líderes esclareçam seus eleitores, e assumam a responsabilidade de suas posições. (*Folha de S.Paulo*, 17 de dezembro de 1985).
